



Número: **0062705-02.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 34ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLY DA SILVA ANASTACIO (AUTOR)		ALYNE ROBERTA ALEIXO DE MELO (ADVOGADO) João Campiello Varella Neto (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
68853306	30/09/2020 22:53	Petição Inicial	Petição Inicial
68853307	30/09/2020 22:53	0 - DPVAT - Marly	Petição em PDF
68853308	30/09/2020 22:53	1 - Procuração	Procuração
68853309	30/09/2020 22:53	2 - RG.CPF	Documento de Identificação
68853310	30/09/2020 22:53	3 - Comprovante de residência	Documento de Comprovação
68853312	30/09/2020 22:53	4 - B.O	Documento de Comprovação
68853313	30/09/2020 22:53	5 - Perícia	Documento de Comprovação
68853314	30/09/2020 22:53	6 - Hospital Otávio de Freitas	Documento de Comprovação
68853315	30/09/2020 22:53	7 - Laudo médico	Documento de Comprovação
68853316	30/09/2020 22:53	8 - Laudo médico atualizado	Documento de Comprovação
68853317	30/09/2020 22:53	9 - Documentos médicos	Documento de Comprovação
68853318	30/09/2020 22:53	10 - Documentos médicos	Documento de Comprovação
68853319	30/09/2020 22:53	11 - Recibo da fisioterapia	Documento de Comprovação
68857606	01/10/2020 13:16	Decisão	Decisão
69313579	09/10/2020 11:55	Certidão	Certidão
69315853	09/10/2020 11:59	Intimação	Intimação
69315854	09/10/2020 11:59	Intimação	Intimação

69452 812	14/10/2020 09:00	Petição em PDF	Petição em PDF
--------------	------------------	--------------------------------	----------------

Segue em anexo petição e documentos.



AO JUIZO DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA CAPITAL/ ESTADO DE PERNAMBUCO.

MARLY DA SILVA ANASTÁCIO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 5450279 SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 898.287.804-10, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 369, Imbiribeira, Recife/PE, CEP-51170-650, vem à presença de Vossa Excelência, por meio dos advogados subscritores da presente, constituídos nos termos do Instrumento Procuratório em anexo, **com endereço profissional na Rua Arquimedes de Oliveira, nº 135, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050.510, e endereço eletrônico: joaocampiello@hotmail.com, no qual receberão notificações, citações e intimações**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



1. PRELIMINARMENTE

1.1 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça à aqueles que não tem condições de arcar com as próprias custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família no termos da Lei nº1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita é garantido constitucionalmente, portanto, a Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiros de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

1.2 – DO INTERESSE DE AGIR

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial pátrio, conforme se vê abaixo:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INTERESSE DE AGIR. **DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.** LESÃO GRAVE EM MEMBRO SUPERIOR DIREITO. PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DO OMBRO. INDENIZAÇÃO MENSURADA CONFORME A TABELA DA LEI Nº 6.194/74. LAUDO MÉDICO DO JUÍZO CONCLUSIVO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Segundo dispõe o art. 5º da Lei Federal nº 6.194/74, o recebimento do seguro DPVAT demanda apenas a comprovação do acidente e do dano decorrente, não se exigindo, portanto, o requerimento administrativo prévio. 2. **Não configura óbice ao ajuizamento da ação de cobrança de indenização do seguro Dpvat a ausência de requerimento na esfera administrativa, uma vez que respaldado em mandamento***

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



constitucional consagrado pela inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, XXXV, CF).

3. O juiz, interpretando a gravidade da lesão em relação à tabela da Lei nº 6.194/74, graduou o dano sofrido aos valores máximos e aos percentuais indicados pelo Diploma, arbitrando a indenização em R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

4. O valor corresponde à aplicação do redutor de 25% (vinte e cinco por cento) do teto legal (R\$ 13.500,00 - treze mil e quinhentos reais) para os casos de "perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos e punhos ou dedo polegar", ainda enquadrando-se a ocorrência à hipótese legal prevista para os casos de invalidez permanente parcial incompleta, com redução subsequente de 75% (setenta e cinco por cento) para os casos de repercussão intensa (v. art. 3º, § 1º, II, Lei 6.194/74). 5. Preliminar de carência de ação por falta do interesse de agir rejeitada à unanimidade. Apelação não provida. Decisão Unânime.

(TJ - PE - AP:542116-3 - 0000217-64.2014.8.17.1340, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 27/02/2020, 4ª Câmara Cível, Data de publicação: 05/03/2020)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – INDENIZAÇÃO – SEGURO DPVAT – INTERESSE DE AGIR – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE. **A Lei 6.194/74, que regulamenta o seguro DPVAT, não coloca como exigência ao recebimento da indenização qualquer início de requerimento administrativo. Para o beneficiário ingressar em juízo pleiteando o recebimento do seguro DPVAT, não é necessário que tenha feito esse pedido na via administrativa.** (TJ - MG - AC: 10452160093558001 MG, Relator: Antônio Bispo, Data de Julgamento: 18/07/2019, Data de Publicação: 29/07/2019)

Apelação. Seguro DPVAT. Interesse de agir. 1. A comprovação de prévio pedido na esfera administrativa e eventual recusa do



pagamento não são condições para o exercício do direito de ação.
2. Necessidade de prosseguimento do processo com a fase instrutória e realização de exame pericial. Extinção afastada. Recurso provido. (TJ – SP 1073690512048260100 SP. 1073690-51.2014.8.26.0100, Relator: Kenarik Boujikian, Data de Julgamento: 12/01/2018, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/01/2018).

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é obrigado a entrar com a presente ação:

Vejamos que o principal motivo, é o fato de a seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por Lei, garantido ainda o contraditório e a ampla defesa. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Nos procedimentos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMs, são objetos de lido no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só o beneficia a seguradora na sua gana em enriquece-se em detrimento da vítima.

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobrança de seguro.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição o acesso à justiça, o acionamento das vias administrativas.

2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

No dia 28 de setembro de 2019, por volta das 11 horas, nas proximidades do hospital da mulher de Recife (BR - 101), a autora estava na garupa da moto de um conhecido, quando o condutor perdeu o controle da motocicleta ocasionando um acidente de trânsito, conforme Boletim de ocorrência (20E012001358) colacionado aos autos.

Segundo informações extraídas dos documentos médicos que seguem em anexo, após o ocorrido a demandante foi levado para o Hospital Otávio de Freitas, onde foi diagnosticada com **FRATURA DO COLO DO FÊMUR (CID 10 - S72.0)**, sendo necessária a realização de cirurgia e posterior fisioterapia.

Insta frisar que, por causa da lesão sofrida, **a autora não mais consegue realizar suas atividades normalmente. As fortes dores que ainda sente, impossibilita a movimentação do membro atingido, deixando caracterizada a Invalidez Permanente, conforme laudo médico acostado ao processo**

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessária para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial.

3. DO DIREITO

Nos termos do **art. 3º da Lei nº 6.194/74**, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as **indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica suplementar:**

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (grifos nossos).

Conforme documentação probatória, o **nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos**, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do **art. 5º da Lei nº 6.194/74**:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, tem-se evidenciado:

- a) Prova do acidente: Boletim de ocorrência nº 20E012001358;
- b) Prova do Dano decorrente: Laudos médicos e prontuários.

É ônus da Segurado fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do B.O, outros documentos colacionados pela parte autora, corroboram a veracidade das alegações expostas. Portanto, o conjunto probatório, **atesta o fato como verdadeiro.**

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474 – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Por tanto, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de **perícia** a ser designada por Vossa Excelência.

3.1 – DA PERÍCIA JUDICIAL - DISTRIBUIÇÃO DO ONUS DA PROVA

Em que pese a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entender pela inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao Seguro Obrigatório DPVAT, o **art. 373 do Código de Processo Civil**, estabelece que ônus da prova incube: ao autor, quando fato constitutivo de seu direito (inc.I); **ao réu, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (inc. II).**

Ainda, insta frisar que §1º mencionado art. 373 do CPC, **autoriza expressamente ao juiz distribuir ônus da prova entre as partes**, de maneira diferente da previsão dos critérios legais e ordinários.

Art. 373 - § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Assim, ante a HIPOSSUFICIÊNCIA presente na relação entre demandante e demandada, deve a parte Ré arcar integralmente com as custas da perícia judicial, ressaltando ainda que a ausência desse tipo de prova, poderá ocasionar danos a própria Requerida.

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



3.2 - DATA INICIAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

De acordo com as súmulas 426 e 580, ambas do STJ, tratando-se de indenização de seguro DPVAT, **os juros de mora fluem a partir da citação e a correção monetária incide desde a data do evento danoso**. Senão vejamos:

Súmula 426, STJ: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Súmula 580, STJ: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

Esse também é o entendimento pacífico da jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO ENCOGE, A PARTIR DO EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS FIXADOS À RAZÃO DE 1% AO MÊS, A PARTIR DA CITAÇÃO. APELO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(TJPE, APELAÇÃO CÍVEL (198) nº 0002372-94.2014.8.17.2001, Relator: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Data de Julgamento: 14/08/2019

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. LESÃO INCOMPLETA EM UM DOS MEMBROS SUPERIORES. INDENIZAÇÃO DEVIDA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. SÚMULA 426/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. 1. O juízo ad quem não pode conhecer de fato que, malgrado existente à época da fase de conhecimento sob apreciação do primeiro grau de jurisdição, não foi levantado pela

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



parte antes da prolação da sentença. É que a ordem processual torna defeso a chamada inovação recursal. 2. A parte autora compreendendo que não recebeu a indenização do seguro obrigatório de veículos automotores (DPVAT) de acordo com o previsto na Lei Federal nº 6.194, de 19.12.1974, vem a juízo com a pretensão de obter a indenização, sob o argumento de que não teve, na via administrativa, a sua invalidez permanente enquadrada nos termos definidos na tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. 3. Nos termos da tabela anexada ao art. 3º da Lei nº 6.194, de 19.12.1974, a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores será indenizada no percentual de 70% do teto da indenização securitária em referência (R\$ 9.450,00 - nove mil quatrocentos e cinquenta reais). 4. Demais disso, na hipótese da perda anatômica e/ou funcional de um dos membros superiores não ser completa, a indenização corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento), 25% (vinte e cinco por cento) e 10% (dez por cento) desse valor, conforme, respectivamente, a perda anatômica/funcional - sem ser completa - seja de repercussão intensa, média, leve ou apenas sequelas residuais. 5. No caso específico dos autos, o laudo emitido pelo perito designado pelo juízo (ID. 7185218) foi enfático ao esclarecer que a parte autora apresenta dano anatômico ou funcional parcial incompleto no membro superior direito com percentual médio de perda, sendo devido o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme determinado pelo magistrado a quo. 6. **Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. (súmula 426/STJ).** 7. **A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.** (súmula 580/STJ). 8. Apelação a que se dá parcial provimento.

(TJPE - APELAÇÃO CÍVEL 0012370-47.2018.8.17.2001, Rel. FABIO EUGENIO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA, Gabinete do Des.

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima (2ª CC), julgado em 09/08/2019, DJe)

Ante o exposto, requer a aplicação das súmulas 426 e 580, ambas do STJ, para que no valor da condenação incida juros de mora a partir da citação, bem como para que a correção monetária seja feita a partir da data do evento danoso.

4. DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar as Vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Demandante requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) A **concessão da Justiça gratuita**, haja vista a Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme declaração de insuficiência financeira firmada no corpo da procuração. Para tanto, fulcra-se no art. 5º, LXXIV, da CF/88 e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº1.060/50;
- b) A **Citação da parte Demandada** no endereço dantes apresentado, para que querendo, apresente contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia;
- c) Que seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento da despesas com produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois **a Seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta**, a fim de apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- d) **Que a presente Ação seja julgada totalmente procedente, reconhecendo o direito da autora a indenização pleiteada, determinando ainda que a Seguradora pague o valor com a correção monetária a partir do evento danoso e juros de mora a partir da citação;**
- e) A condenação da parte ré em **honorários advocatícios, em 20%** sobre o valor da condenação.

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente por prova documental e pela realização de perícia médica.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Recife / PE, 30 de setembro de 2020.

João Campiello Varella Neto

OAB / PE Nº 30.341

Alyne Roberta Aleixo de Melo

OAB / PE Nº 28.167

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
Whatsapp: +55 81 98776.9389



JOÃO VARELLA

Procuração

OUTORGANTE: Marly da Silva Araújo
RG: 5450279 CPF: 898.287.804-10
ENDEREÇO: Rua Nossa Senhora do Carmo, 369
BAIRRO: Sombribela CIDADE: Recife ESTADO: PE
FONE: _____ ESTADO CIVIL _____ Profissão _____
CEP: 51170-650 NASCIMENTO: 2/09/1992

OUTORGADOS: Bela. ALYNE ROBERTA ALEIXO DE MELO, brasileira, solteira, advogada regularmente inscrita, na OAB/PE nº 28.167 e Bel. JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO, brasileiro, solteiro, advogado regularmente inscrito na OAB/PE nº 30.341, sócios do Escritório João Varella Sociedade de Advogados, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.243.819/0001-50, com endereço profissional à Rua Arquimedes de Oliveira, nº 135, Santo Amaro, Recife / PE, CEP: 50.050-510, endereço eletrônico: joaocampiello@hotmail.com e joaovarella@joaovarellaadvogados.adv.br.

PODERES: Para o foro em geral, com cláusula "ad judicium e et extra", podendo para tanto, renunciar aos valores excedentes ao teto máximo do Juizado Especial Federal, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do outorgante perante a Justiça Federal, Estadual ou INSS, podendo, inclusive, assinar, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, substabelecer e renunciar ao direito ao qual se funda o objeto da ação.

DECLARAÇÃO: Declaro para os devidos fins de direito, que não possuo condições de litigar em juízo sem prejuízo pecuniário próprio ou de minha família, pelo que requeiro os benefícios da justiça gratuita nos termos do art. 98, CPC.

CONTRATO: Fica acertado entre as partes acima, o pagamento de honorários contratuais advocatícios à base de 30% dos benefícios econômicos auferidos, em caso de êxito, até o trânsito em julgado da demanda.

Parágrafo 1- Os honorários do caput serão devidos desde o requerimento administrativo negado pelo INSS até o trânsito em julgado da ação, e ainda que esse valor seja pago em parte por RPV/Precatório e em parte por complemento positivo ou qualquer outro meio de pagamento administrativo ou judicial.

Parágrafo 2- Nos casos de revisão e restabelecimentos de benefícios, os honorários serão devidos a contar do período não prescrito até o trânsito em julgado da ação, e ainda que esse valor seja pago em parte por RPV/Precatório e em parte por complemento positivo ou qualquer outro meio de pagamento administrativo ou judicial.

Parágrafo 3- Se o valor acertado no "caput" for inferior à tabela mínima da OAB/PE (causas previdenciárias) o contratante obriga-se a complementar o restante.

Parágrafo 4- Os valores serão pagos a JOÃO VARELLA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 21.243.819/0001-50, e o contratante autoriza desde já a retenção dos honorários advocatícios em favor do contratado, por ocasião do pagamento judicial.

Recife, 14 de AGOSTO de 2020.

x Marly da Silva Araújo

OUTORGANTE

Rua Arquimedes de Oliveira, 135
Santo Amaro, Recife - PE
CEP: 50050-510
Telefone: +55 81 3039.7220
E-mail: +55 81 98776.9389

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5450279 DATA DE EXPEDIÇÃO 06.08.1995

NOME MARLY DA SILVA ANASTACIO

RELACAO Amaro Miguel Anastacio
Lucinda da Silva Anastacio

NATURALIDADE Vitoria de Stº Antão-PE DATA DE NASCIMENTO 02.09.1972

DOC. ORIGEM C. C. 002734, L. 5/B, F. 168v
Cert. de Casm. 4ª de Recife-PE.

ASSINATURA DO TITULAR Bela Ellane Caldas I

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

ASSINATURA DO TITULAR *arta cio*

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Num. 68853310 - Pág. 1

Nome Marly da Silva Anstacio

Filiação: Arnão Miguel Anstacio
Lucinda da Silva Anstacio

Naturalidade Vitória de Santo Antão - PE

Data de nascimento 02.09.1972

Cpf 898.287.804-10

RG 5450279


Endereço Rua Maria Antônia do Carmo,
Imbuibema

nº 369 (casa)

Cep 51170650

Recife PE





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 812ª CIRCUNSCRIÇÃO - JARDIM SÃO PAULO - OFICINA DIMA/DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 20E0102001358

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 18/08/2020 às 15:45

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Rolagem / Consumador que registrou no dia 22/08/2019 às 11:00

Fato ocorrido no endereço: **RODOVIA GOVERNADOR MARCO COVAS, 1 - Bairro: JARDIM SÃO PAULO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL - CEP: 51255-000**
 Local do Fato: **NÃO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
MARLY DA SILVA ANASTÁCIO (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse de(s) Sr(a): DESCONHECIDO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

MARLY DA SILVA ANASTÁCIO (presente no plantão) - Sexo: Feminino. Mãe LUCINDA DA SILVA ANASTÁCIO (Data de Nascimento: 2/8/1992) Nacionalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL. Documentos: 8488278/SSB/PE (RG) Profissão: DO LAR. Endereço Residencial: RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, 389 - CEP: 52099-099 - Bairro: IMBIRIBEIRA - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL.

DESCONHECIDO (não presente no plantão) - Sexo: Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEÍCULO) de propriedade de(s) Sr(a): DESCONHECIDO, que estava em posse de(s) Sr(a): DESCONHECIDO
 Categoria/Identificação: **MOTOCICLETA/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO Objeto**
 apreendido: **NÃO**
 Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Complemento / Observação

A VÍTIMA INFORMA QUE ESTAVA DE GARUPA EM UMA MOTO, NA COMPANHIA DE

1 of 2

18/08/2020 16:11

Boletim de Ocorrência


file:///C:/Users/Policia civil/infopol-5.0.9/xml/BOE

UM CONHECIDO, QUE NAS PROXIMIDADES DO HOSPITAL DA MULHER O CONDUTOR PERDEU O CONTROLE DO VEÍCULO. QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PARA O HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS, ONDE PERMANECIU INTERNADA DURANTE TRÊS MESES.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

MARLY DA SILVA ANASTÁCIO (VÍTIMA)

B.O. registrado por: **GILDA BATISTA CAVALCANTI - Matrícula: 319748-4**
 (Liberado em 18/08/2020 às 16:10)







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
12ª CIRCUNSCRIÇÃO DE POLÍCIA – JARDIM SÃO PAULO

Recife, 18 de agosto de 2020

Ofício nº 060/ 2020

Senhor(a) Gestor(a),

Pelo presente solicito providências de V.Sª., no sentido de submeter a uma **PERÍCIA TRAUMATOLÓGICA** a pessoa de:

NOME.....: **MARLY DA SILVA ANASTACIO**

RG Nº.....: **5450279 SDS-PE;**

NASCIMENTO.....: **02/09/191972;**

NACIONALIDADE: **Brasileira;**

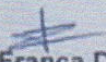
NATURALIDADE...: **Vitória de Santo Antão-PE;**

FILIAÇÃO.....: **Lucinda da Silva Anastácio e Amaro Miguel Anastácio**

O periciado foi vítima de Acidente de Trânsito, conforme consta Nº **BO 20E0102001358**

Na oportunidade apresento a V. Sª., protestos de estima e apreço. O Competente Laudo Pericial deverá ser encaminhado à **12ª CIRCUNSCRIÇÃO POLICIAL – DELEGACIA DE JARDIM SÃO PAULO** onde o caso é afeto.

Atenciosamente,


Abraão França Didier
Delegado de Polícia

Ao Gestor do IML
Recife - PE





Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco
Hospital Otávio de Freitas

Nome:
MARLY DA SILVA ANASTACIO

Sexo:
FEMININO

Mãe:

LUCINDA DA SILVA ANASTACIO

Endereço:

RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, N.º 369 - : BAIRRO: IMBIRIBEIRA - CIDADE:
RECIFE - UF: PE

Idade:
47 Anos 0 Mês 26 Dias

Contatos:
81. 85743035 | Celular: 81.

Nasc.
02/09/1972

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 28/09/2019 11:40

Prontuário: 1096485

Nº. Atendimento: 3383852

Serviço: CIRURGIA

Enfermaria/Leito:

Médico:
JARDEL MAGALHAES DE SOUZA

Admissão

Queixa Principal

acidente automobilístico hoje às 10:20

História Clínica

IENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HOJEO HÁ CERCA DE 3H. QUEIXA-SE DE DOR EM COXA DIREITA. NEGA
VÔMITOS OU PERDA DA CONSCIÊNCIA. REFERE DOR NO ANTEBRAÇO ESQUERDO. NEGA OUTRAS QUEIXAS.

Exame Físico

A- RESPIRAÇÃO ESPONTANEA EM AA, SEM DOR CERVICAL OU PARSTESIAS

B- NDN

C- NDN

D- ECG 15

E- DEFORMIDADE EM COXA E + EXPOSIÇÃO EM REGIAO LATERAL DA COXA ESQUERDA, PELVE ESTÁVEL E INDOLOR,

ESCORIAÇÕES PELO CORPO SEM NECESSIDADE DE SUTURA

EXAME NEUROVASCULAR NORMAL

Observações

RAIO X EVIDENCIA FRATURA DE FEMUR DISTAL
SEM OUTRAS ALTERAÇÕES RADIOGRÁFICAS

Conduta

INTERNAMENTO PARA CIRURGIA DE URGENCIA
ATB VENOSO + TETANOGRAMA

JOSE AIRTON CASE DE NETO - CRM: Nº.23979

Data/Hora: 28/09/2019 - 13:39

Dr. Ailton Casé Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PE 23979/TEOT 16872

08/10/20
CADASTRADO
SAME/HOF

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500





Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco
Hospital Otávio de Freitas

Nome: MARLY DA SILVA ANASTACIO
Idade: 47 Anos 0 Mês 26 Dias
Nasc: 02/09/1972
Sexo: FEMININO
CNS: Contatos: 81. 85743035 | Celular: 81.
Mãe: LUCINDA DA SILVA ANASTACIO
Endereço: RUA NOSSA SENHORA DO CARMO, N.º 369 - ; BAIRRO: IMBIRIBEIRA - CIDADE: RECIFE - UF: PE

Dados do Atendimento:

Data/Hora Atend.: 28/09/2019 11:40
Prontuário: 1096485
Nº. Atendimento: 3383852
Serviço: CIRURGIA

Enfermaria/Leito:

Médico: JARDEL MAGALHAES DE SOUZA

Admissão

Queixa Principal

DOR EM MIE PÓS TRAUMA

História Clínica

IENTE VITIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO HA APROX. 1 HORA, EM USO DE CAPACETE, NEGA PERDA DE CONSCIENCIA, NAUSEAS OU VOMITOS, REFERINDO DOR INTENSA COM RESTRIÇÃO DE MOVIMENTO DE MIE (POSSIVEL FRATURA FECHADA DE FEMUR).

Exame Físico

A. VIAS AEREAS PERVIAS. SEM CERVICALGIA.
B. EUPNEICA. AP SEM ALTERAÇÕES.
C. HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL. FC: 80BPM.
D. GLASGOW 15. CONSCIENTE, ORIENTADA.
E. POSSIVEL FRATURA DE FEMUR ESQUERDO. MOBILIZAÇÃO DE DEMAIS MEMBROS PRESERVADA.
ABDOME FLACIDO, INDOLOR.

Observações

Conduta

1. SOLICITO RX TORAX + PELVE + MIE
A ORTOPEDIA.

JARDEL MAGALHAES DE SOUZA - CRM: Nº.22383

Data/Hora: 28/09/2019 - 11:58

MULTI-ASSINADO
28/09/2019

Hospital Otávio de Freitas - CNES: 426 - CNPJ: 10.572.048/0004-70
Rua Aprígio Guimarães, s/nº - Tejipió - Recife/PE CEP: 50.920-640 Fone: (81) 3182.8500





HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

MANCHESTER V2

Data e hora retirada da senha: 28/09/2019 11:40

	Nome Paciente:	MARLY DA SILVA ANASTACIO
	Cód. Paciente:	1096485
	Data de Nascimento:	02/09/1972
	Sexo:	Feminino
	Idade:	47
	Senha:	EA0032
	Convênio:	2 - SUS - AMBULATORIO
	Atendimento:	3383852 
	SAME:	1096485

Período: 28/09/2019 11:43 - 28/09/2019 11:43

MARTA JULIA VASCONCELOS SILVEIRA NETTO - COREN: 41744 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) -

Prioridade: LARANJA - MUITO URGENTE

Cor:  LARANJA

Queixa Principal: ACIDENTE DE MOTO HOJE COM TRAUMA EM MIESQ. NEGA DESMAIOS E OU VOMITOS. DORES EM MSD. ESCORIAÇÕES

Programa sintoma: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES

Discriminador(es): - DOR INTENSA?

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos: - RÉGUA DE DOR: 8

Acolhido(a) por: MARTA JULIA VASCONCELOS SILVEIRA NETTO - COREN: 41744 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 28/09/2019 11:43

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





SES/FUSAM

HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

Paciente: MARLY DA SILVA ANASTACIO Prontuário: 1096485

Cirurgião: DR EDUARDO CARACIOLO 1º Auxiliar: DR LIS COELHO

Anestesista: DR GEOVANE Anestesia: RAQUI

Data da Operação: 28/09/19

Diagnóstico Pré-operatório: FRATURA EXPOSTA DO FÊMUR ESQUERDO

Diagnóstico Pós-operatório: O MESMO

Operação Proposta: LIMPEZA CIRURGICA + FIXAÇÃO EXTERNA TRANSARTICULAR

Operação Realizada: A MESMA

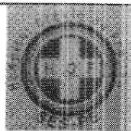
DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA;
2. ANTISSEPSIA + ATISSEPSIA + APOSIÇÃO DOS CAMPOS CIRÚRGICOS ESTEREIS;
3. VIZUALIZADO FERIMENTO EM REGIÃO DISTAL DA COXA ESQUERDA COM EXPOSIÇÃO DE FOCO DE FRATURA;
4. LIMPEZA CIRURGICA EXAUSTIVA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS;
5. REALIZADO POSICIONAMENTO DE PINOS DE SCHANZ (04) EM TÍBIA E FEMUR ESQUERDO;
6. REALIZADA FIXAÇÃO EXTERNA TRANSARTICULAR DO JOELHO ESQUERDO COM 04 CAMPLES PINO-BARRA + 04 CLAMPES BARRA-BARRA + 04 BARRAS;
7. SUTURA DE PELE;
8. CURATIVO ;

Dr. Eduardo Caraciolo
Neurocirurgião e Traumatologista
CRM: 10.196/0
RBO/SSC-14142

84
COBAPPA





HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
SES/PE



RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

NOME DO PACIENTE: MARLY DA SILVA ANASTACIO	Nº DO REGISTRO: 1096485
CLINICO: ORTOPEDIA	Nº DO LEITO: 06.01

OPERADOR: DR JOSE LUIZ

1º ASSISTENTE: DR RICARDO VILLAR	2º ASSISTENTE: DR HENRIQUE BARS E DR. JANDERSON CARVAHO
INSTRUMENTADOR: BRUNA	ANESTESISTA: DRA ANA JUCA
ANESTESISTA: RAQUIANESTESIA	DURAÇÃO:

DATA DA OPERAÇÃO: 06/12/19	INÍCIO:	FIM:
----------------------------	---------	------

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA SUPRACONDILIANA DE FEMUR ESQUERDO
--

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO

OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUPRACONDILIANA DE FEMUR ESQUERDO

OPERAÇÃO REALIZADA: A MESMA

DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO

1. PACIENTE EM DDH, SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTISSEPISIA
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTEREIS
4. INCISAO LATERAL EM FEMUR ESQUERDO
5. DIVULSAO POR PLANOS
6. ASTROTOMIA DE JOELHO ESQUERDO
7. LAVAGEM COM SF0,9% NO FOCO DE FRATURA
8. REDUÇÃO SOB RADIOSCOPIA
9. APOSIÇÃO DE PLACA DCS + 05 PARAFUSOS CORTICAIS ,01
DESLIZANTE E CONTRA-PINO
10. BOA REDUÇÃO A RADIOSCOPIA
11. SUTURA
12. CURATIVO
13. SR

Assinado eletronicamente por: João Campiello Varella Neto - 30/09/2020 22:53:15

ORTOMEDICA :	1 PLACA DCS
	5 PARAFUSOS CORTICAIS
	01 CONTRA-PINO
	01 PINO DESLIZANTE



Atendimento: 3383857

Dt Atendimento: 28/09/2019 - 13:56

Dt Alta: 09/12/2019 - 17:51

Paciente: 1096485 MARLY DA SILVA ANASTACIO

Serviço: 3 CIRURGIA GERAL

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 124 TRAU 06-01 - POSTO I

Plano: 1 PLANO UNICO

Motivo Alta: 5 ALTA COM PREVISAO DE RETORNO P

Usuário: JULIAFS

Diretor Clínico:

CID: S724

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO FEMUR

Procedimento de Alta

- Procedimento não Informado

Observação de Alta

SOULMV - SIMPLES E COMPLETO





SES
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____

Clinica: _____ Procedência: _____

LAUDO MEDIC

PAUCATE MARLY DA SILVA
ARTRICIA, 47, com hipertensão
Reclamação de aumento de
mto em 28/09/2018 com
tórax de fratura de
fêmur @ em fêmur
C12-5720

17.02.2018

Dr. Silvio Macedo
Ortopedia
CRM 8755

Data: 1/1/

Médico-CRM

075-HOF



HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
RUA OTÁVIO DE FREITAS, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - RECIFE - PE - CEP: 51120-000

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____
Clínica: _____ Procedência: _____

LAUDO MÉDICO

PAUCATE MARIY DA SILVA
ARABICHO, 47, com história
Recente de acidente de
tráfego em 28/09/2018 com
trauma de fêmur no
fêmur @, em fêmur.
C.R. 1720

17.02.2020
Dr. Sílvia Macêdo
Ortopedia
CRM: 8758

Data: ____/____/____

Médico-CRM

5-HOF



	SES HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió – Recife – PE PABX 31828500
---	---

RESUMO DE ALTA

NOME: MARLY DA SILVA ANASTÁCIO		
REG: 1096485	ENF: 06	LEITO: 01

DATA DE ENTRADA: 28/09/19	DATA DE SAÍDA: /12/19
DIAGNÓSTICO DE ENTRADA: FRATURA SUPRACONDILIANA DE FEMUR ESQUERDO	

DIAGNÓSTICO FINAL: O MESMO
EVOLUÇÃO/EXAMES (EM ENFERMARIA): PCT SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO ELETIVO (PLACA DCS + PARAFUSOS). ENCONTRA-SE EM BEG. FO LIMPA E SECA SEM SINAIS DE INFECÇÃO. SEGUE DE ALTA COM ORIENTAÇÃO DE PRECEPTOR, COM DEVIDAS ORIENTAÇÕES, XARELTO, SINTOMÁTICOS, ATB E RETORNO AMBULATORIAL.

RETORNAR AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA COM 15 DIAS COM RADIOGRAFIA DE CONTROLE.

Janderilson Carvalho
CRM 27836-PE

MÉDICO

SES/FUSAM HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS
INST. NACIONAL DE ASSISTENCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SECRETARIA DE ASSISTENCIA MÉDICA SUS-PE

ATESTADO MÉDICO

ATESTO que o segurado MARLY DA SILVA ANASTÁCIO portador da Carteira Profissional nº _____ Série _____ necessita de 30 (TRINTA) dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença.

Diagnóstico: FRATURA SUPRACONDILIANA DE FEMUR ESQUERDO

Recife, /12/19

Janderilson Carvalho
CRM 27836-PE

Médico – CRM-PE

NOTA: ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 86 DO RGPS, APROVADO PELO DECRETO Nº 60.501 DE 14-03-67 E SERÁ EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 01 À 15 DIAS DE AFASTAMENTO DO TRABALHO



SES
HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipló – Recife – PE PABX 31828500

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	1ª VIA FARMÁCIA 2ª VIA PACIENTE
NOME COMPLETO: CRM-PE: Janderson Carvalho Médico CRM 27896-PE	
PACIENTE: MARLY DA SILVA ANASTÁCIO ENDEREÇO: PRESCRIÇÃO: USO ORAL CIPROFLOXACINO 500MG14 COMP TOMAR 01 COMP VO 12/12H POR 07 DIAS XARELTO 10MG01 CX TOMAR 01COMP, 1X/DIA POR 30 DIAS TRAMADON RETARD 100MG01CX TOMAR 01COMP DE ATÉ 12/12H SE DORES FORTES Janderson Carvalho Médico CRM 27896-PE /12/19	
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
NOME: IDENTIDADE: _____ ORG EMISSOR: _____ END: _____ CIDADE: _____ FONE: _____ UF: _____	ASSINATURA DO FARMACEUTICO DATA: ____/____/____

****SES/FUSAM****
HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipló – Recife – PE PABX 31828500

MARCAÇÃO AMBULATORIAL – PACIENTES INTERNOS

DO SETOR: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PARA:
AMBULATÓRIO

NOME DO PACIENTE: MARLY DA SILVA ANASTÁCIO

PRONTUÁRIO Nº: 1096485

ALTA HOSPITALAR EM: /12/19

RETORNAR AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA EM 15 DIAS

DR: ALEXANDRE RODRIGUES (JOELHO)

MOTIVO: ACOMPANHAMENTO

MÉDICO RESPONSÁVEL E CARIMBO

VISTO – CHEFIA DO AMBULATÓRIO

OBS:

- ESTE FORMULÁRIO SÓ SERÁ ACEITO COM PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS;
- TERÁ VALIDADE SOMENTE COM ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO DO SETOR SOLICITANTE;
- SÓ AGENDAR PACIENTES QUE TENHAM AULA HOSPITALAR E NECESSITEM DE RETORNO AO AMBULATÓRIO (1º RETORNO)



SES
HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejió - Recife - PE PABX 31828500

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	1ª VIA FARMÁCIA 2ª VIA PACIENTE
NOME COMPLETO: CRM-PE:	
PACIENTE: MARLY DA SILVA ANASTÁCIO ENDEREÇO: PRESCRIÇÃO: <u>USO ORAL</u> CIPROFLOXACINO 500MG -----14 COMP TOMAR 01 COMP VO 12/12H POR 07 DIAS XARELTO 10MG -----01 CX TOMAR 01 COMP. 1X/DIA POR 30 DIAS TRAMADON RETARD 100MG -----01CX TOMAR 01COMP DE ATÉ 12/12H SE DORES FORTES /12/19	
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
NOME: IDENTIDADE: _____ ORG EMISSOR: _____ END: _____ CIDADE: _____ FONE: _____ UF: _____	ASSINATURA DO FARMACÊUTICO DATA: ____/____/____

****SES/FUSAM****
HOSPITAL OTAVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejió - Recife - PE PABX 31828500

MARCAÇÃO AMBULATORIAL - PACIENTES INTERNOS

DO SETOR: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PARA: AMBULATÓRIO

NOME DO PACIENTE: MARLY DA SILVA ANASTÁCIO

PRONTUÁRIO Nº: 1096485

ALTA HOSPITALAR EM: /12/19

RE TORNAR AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA EM 15 DIAS

DR: ALEXANDRE RODRIGUES (JOELHO)

MOTIVO: ACOMPANHAMENTO

MÉDICO RESPONSÁVEL E CARIMBO

VISTO - CHEFIA DO AMBULATÓRIO

OBS:

- ESTE FORMULÁRIO SÓ SERÁ ACEITO COM PREENCHIMENTO DE TODOS OS CAMPOS;
- TERÁ VALIDADE SOMENTE COM ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO DO SETOR SOLICITANTE;
- SÓ AGENDAR PACIENTES QUE TENHAM AULA HOSPITALAR E NECESSITEM DE RETORNO AO AMBULATÓRIO (1º RETORNO)





USF CAFEZOPOLIS
Av. Mal. Masc. de Moraes, S/N
Imbituba - Recife

SECRETARIA DE SAÚDE

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

DISTRITO SANITÁRIO: _____ UNIDADE DE SAÚDE _____

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: _____

CRM: _____ UF: _____ Nº _____

Endereço: _____

Completo: _____

Telefone: _____

Cidade: _____ UF: _____

1ª Via Farmácia
2ª Via Paciente

Paciente: Marily da Silva Amastácio

Endereço: Prad (paranaguá) 30

Precrição: ou 1 unidade

Tylenol 500+30

Tomar 01 comp. 03 vezes

diariamente

em jejum

com água

até o alívio da dor

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

ou conforme orientação médica

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome Completo: _____

Iden.: _____ Órgão Emissor: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Cidade: _____ UF: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO(A)

Data: _____ / _____ / _____



Prefeitura da Cidade do Recife
Secretaria de Saude
US 293 POLICLINICA DO PINA

Unidade Paciente
US 268 PSF CAPEZOPOLIS

Cod.Paciente: 718986
Cartao Sus: 70670854370041
Cod.Atendimento: 6930013
Para: MARLY DA SILVA ANASTACIO Data do A
tendimento: 10/12/2019
Data Prev. de Dispensacao: 07/01/2020

MEDICAMENTOS ATENDIDOS

Desc_Prod	Soli	Aten	Sald
FOSFATO DE CODEINA 30MG..	30	30	0

Total medicamento(s) atendido
Total medicamento(s) nao atendido(s):0
Total medicamento(s) agendado(s):0

Operador: HENRIQUE LEONARDO C. LEMOS

Impresso em 10/12/2019 16:19:37 Sr(a).Us

uario(a), custo total
nesta dispensacao R\$: 8.10

mento custa caro, o dinheiro



Assinado eletronicamente por: João Campiello Varella Neto - 30/09/2020 22:53:15

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20093022531557700000067525472>

Número do documento: 20093022531557700000067525472



SES
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____

Clínica: _____ Procedência: _____

R/ PARCY N SULA Amilho
1090485

SULA
Rx Cx + @ NP
PLK4

R. J - Cx + @ NP
PLK4

17/12/2020
Dr. Silvio Macedo
Ortopedia
CRM: 9756

Data: ____/____/____

Médico-CRM

075-HOF

(24/03/2020) 8h mole





SES
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____

Clínica: _____ Procedência: _____

P/MARLY M SILVA AMARAL
109485

Marcelo Costa R/
(Dr. DARLEI URP)
Ambulatório de Ortopedia
EX 15 RUA.

Data: ____/____/____

17/12/2020

Dr. Silvio Macêdo
Ortopedia
CRM: 9758

Médico-CRM

075-HOF

Dr. DARLEI URP





SES
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____

Clínica: _____ Procedência: _____

1/ MARLY R. SILVA AMARAL

S-ceto

FISIOTERAPIA X-F

SEM CURA

20 10/12

1-12 FRTA FRAC ORT

13/12/20
Dr. Silvio Macêdo
Ortopedia
CRM: 9758

Data: ____/____/____

Médico-CRM

075-HOF





SES
HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
End. Rua Aprígio Guimarães S/N Tejipió-Recife-PE PABX 3182-8500

RECEITUÁRIO/REQUISIÇÃO DE EXAMES

Nome: _____ Registro: _____

Clínica: _____ Procedência: _____

V/ MARLY M SILVA MATEO
1090485

marcar com o
alcoforn de a for
g-l- caso disparar

131-112-
Dr. Silvio Macêdo
Ortopedia
CRM: 8756

Data: ____/____/____

Médico-CRM

075-HOF



Unidade de Saúde: _____ Distrito Sanitário: _____

Nome: _____
_____ *Anastácio*

Registro Nº _____ Cartão SUS Nº _____

Ciprofloxacina 500 20 comp

tomar os comp de 12/12h

(v. oral)

Dipirona 500 20 comp

tomar os comp se febre (do 6h)

Márcia Maria Kalar Tego
CRM 12008

Data: *10/12/19*

Assinatura - Conselho nº _____



DE: 07:00 ÀS 18:00h
0800-2812005
AMBULATÓRIO
MARCAÇÃO DE CONSULTAS

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco-SES

Hospital Otávio de Freitas

Ficha de Identificação para Consultas

Nome

HOF - HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS

CNS: 706708543700415

Nome **MARLY DA SILVA ANASTACIO**

Nasc: 02/09/1972

Sexo: FEMININO

Mãe: LUCINDA DA SILVA ANASTACIO

End: RUA NOSSA SENHORA DO

Nº 369 Bairro: IMBIRIBEIRA

CEP: 51170650

Telefone: 558185743021

Prontuário

1096485



[illegible][illegible]



CONSULTÓRIO DE FISIOTERAPIA E HOME CARE

RECIBO

R\$ 2.000,00

Recebi da Sra. Marly da Silva Anastácio, o valor de (R\$ 2.000,00) Dois Mil Reais, referente as sessões de Fisioterapia Motora Domiciliar.

Fisioterapeuta: Wagner Freire , CPF: 038.944.354-96

Credito: 220512-F

JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
Fisioterapeuta
CRM-FISIO 220512-F

Jaboatão, 17 de janeiro de 2020

Consultório de Fisioterapia e Home Care BW FISIO
Av. Armino Moura , 28 –A Piedade – Jaboatão dos Guararapes – PE
81- 98308-7289 / 99770-4149
Próximo a Estação de Metrô Porta Larga





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 34ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810520

Processo nº **0062705-02.2020.8.17.2001**

AUTOR: MARLY DA SILVA ANASTACIO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DECISÃO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal.

Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade.

2. Face ao exposto:

2.1. **Designo perícia médica** e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº 16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC/2015).

2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré.

2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal^[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, no dia **19/11/2020 – das 08h às 10h (ordem de chegada)** com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide.

2.4. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC/2015, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada.

2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC/2015).

2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud.

2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito.

3. Defiro a gratuidade judiciária à autora.

4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais.



Após, voltem-me os autos conclusos.
Cumpra-se.
Recife, 01 de outubro de 2020.

Catarina Vila-Nova Alves de Lima
Juíza de Direito Substituta
em exercício cumulativo

[1] REsp 1309276/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 29/04/2016





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0062705-02.2020.8.17.2001
AUTOR: MARLY DA SILVA ANASTACIO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) **PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06**.

RECIFE, 9 de outubro de 2020.

MARIA LUCIANA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0062705-02.2020.8.17.2001
AUTOR: MARLY DA SILVA ANASTACIO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 34ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 68857606, conforme segue transcrito abaixo:

" **DECISÃO** Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade. 2. Face ao exposto: 2.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº 16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC/2015). 2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, no dia 19/11/2020 – das 08h às 10h (ordem de chegada) com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. 2.4. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC/2015, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC/2015). 2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud. 2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Defiro a gratuidade judiciária à autora. 4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 01 de outubro de 2020. Catarina Vila-Nova Alves de Lima Juíza de Direito Substituta em exercício cumulativo "

RECIFE, 9 de outubro de 2020.

MARIA LUCIANA DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 34ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0062705-02.2020.8.17.2001
AUTOR: MARLY DA SILVA ANASTACIO

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 68857606 proferido nos autos do processo nº 0062705-02.2020.8.17.2001 da Seção A da 34ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: MARLY DA SILVA ANASTACIO contra REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

“DECISÃO Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade. 2. Face ao exposto: 2.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, o Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, especialista em ortopedia e traumatologia, CRM/PE nº 16.868, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC/2015). 2.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 2.3. Intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal[1], para comparecer ao consultório do perito, situado na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, no dia 19/11/2020 – das 08h às 10h (ordem de chegada) com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. 2.4. Intime-se o perito no endereço eletrônico constante do Curriculum vitae (pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com), conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC/2015, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 2.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC/2015). 2.6. Entregue o laudo, intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (cláusula 2.1, Convênio 014/2017, TJPE), sob pena de penhora em dinheiro por meio do sistema Bacenjud. 2.6.1. Efetuado o pagamento, expeça-se alvará em favor do perito. 3. Defiro a gratuidade judiciária à autora. 4. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 01 de outubro de 2020. Catarina Vila-Nova Alves de Lima Juíza de Direito Substituta em exercício cumulativo”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 9 de outubro de 2020.
MARIA LUCIANA DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.

